



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7729 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NA SALA DE AULA

Marcia de Oliveira Romão - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rosa Malena de Araújo Carvalho - UFF - Universidade Federal Fluminense

FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NA SALA DE AULA

O intuito desta pesquisa sobre gênero na educação é questionar a função docente, no que se refere a professores homens e mulheres que atuam nos anos iniciais de escolarização, considerando a hegemonia do paradigma de gênero, historicamente construída, como apresenta Guacira Louro (2014). Essa pesquisa surgiu da observação, como integrante da equipe que constitui a Diretoria de Gestão Escolar, da Fundação Municipal de Educação (FME) de Niterói, no setor de lotação de professores. Esse fazer me possibilitou algumas constatações e inquietações acerca de fatos que podem ser considerados um tanto quanto inusitados, em se tratando de um ambiente educador.

Nos dois últimos concursos públicos realizados pela FME, mais especificamente em 2010 e 2016, registrou-se um aumento significativo do número de professores homens nos anos iniciais de escolarização na Educação Básica, um fato que por si já caracteriza uma mudança no universo marcadamente feminino como a magistério dos anos iniciais.

Aliado a esse fato pude observar um número considerável de devolução de professores, principalmente homens, baseada, muitas vezes, em fatos não fundamentados, por exemplo: afirmar que não tinha condições apropriadas com o segmento de atuação. Nos casos em que não houve a devolução, o professor homem, na maioria das vezes, foi sutilmente encaminhado para outra função que não a regência de um grupo de referência (nomenclatura usada pela rede de Niterói para designar turma), passando a desempenhar funções como a coordenação de turno ou articulação pedagógica.

Diante de tais constatações, ergueram-se as seguintes dúvidas: o que motivou as devoluções ou mesmo os encaminhamentos internos destes professores? Uma crença de que o magistério é uma profissão melhor exercida por mulheres do que por homens? Ou ainda uma desconfiança de que esses sujeitos são incapazes de cuidar e educar os pequenos? Essa desconfiança, por sua vez, estaria vinculada apenas ao gênero ou perpassaria também por uma hipótese de performatividade sexual?

A fim de desnudar essas questões de gêneros na escola, objetivando apresentar

indicativos para mudança desse quadro, a fim de promover uma identidade docente mais justa e solidária, no que concerne à perspectiva de gênero pela gestão municipal, início este estudo, através de um programa de pós-graduação em educação.

Elegendo alguns conceitos essenciais para a devida discussão, o gênero aqui é concebido não como um conceito fechado e determinista, impregnado de cientificismo biológico que o explica por uma perspectiva binária e antagonista do corpo: masculino e feminino, homem e mulher. Baseando nos estudos de Joan Scott (1995), Guacira Louro (2014), Raewyn Connell (2016) e Judith Butler (2019), emprego o gênero como uma categoria de análise, gerada dentro das relações políticas e sociais, pelas quais se concretizam as desigualdades que são alicerçadas por uma noção centralizadora de poder, no caso, o poder hegemônico masculino.

Dentro da perspectiva de gênero, outra concepção essencial para o desenvolvimento desse estudo é a de masculinidade. Para Robert Connel (1995), há uma masculinidade hegemônica construída em permanente afastamento e superação do feminino, ao padronizarmos através do discurso comportamentos do tipo: menino não chora, não brinca de boneca, não dança balé, entre outras ações atribuídas apenas ao feminino. De acordo com Connel, existem, no entanto, outras formas de se construir e viver a masculinidade, as chamadas masculinidades periféricas, por exemplo: a experiência identificar-se negro, gay e professor da Educação Infantil. Ressalto, contudo, que não se pode pensar num conceito de masculinidades anti-hegemônicas se não considerarmos como uma categoria em interseção com outras estruturas que há compõem: a classe social, étnico-racial, a geracional, sexual.

Outro conceito é o de identidade, ou melhor, identidades. Para Stuart Hall (2005), identidades são identificações em curso, isto é, apresentam-se em caráter transitório por conta dos marcadores sociais como classe, gênero, raça, etnia, faixa etária, dentre outros. Isso significa dizer que não somos apenas uma coisa o tempo todo, nos reconhecemos em diversas circunstâncias e de modo diferente, isto é, um homem nunca é ou será apenas homem, ele se faz homem fato no percurso vivido. Simultaneamente, além de se constituir como homem, o mesmo movimento é concebido quando este se reconhece como professor, pai, negro, idoso, homossexual.

Neste processo, a linguagem assume papel preponderante, uma vez que esta se configura como mediadora das relações sociais, ao nomear seres e compor enunciados comunicativos. De acordo com Michel Foucault (2014), o discurso é o responsável por manter a ordem social, estabelecendo padrões e limites aceitáveis para o grupo. Essas noções oriundas do discurso são produzidas, na maioria das vezes, por quem detém o saber nesse grupo, neste caso, saber institucional, científico, daí a íntima ligação do discurso com o poder. A classe dominante, ou como Paulo Freire (2019) preferiria chamar, o opressor, impõe aos oprimidos, os corpos mais vulneráveis em contextos de desigualdade, um discurso altamente conservador que veicula, muitas vezes de forma escamoteada, uma ideologia de superioridade, ou seja, uma série de enunciados constituídos historicamente, os quais nos circunscrevem em uma visão hegemônica de masculinidade, através da qual homens não estão aptos a cuidar de crianças pequenas, apenas as professoras, mulheres, possuem a legitimidade para exercer tal função, pois são vistas como substitutas quase que naturais das mães, principalmente na Educação Infantil.

A pesquisa está em fase inicial, sendo construída através de uma metodologia qualitativa (MINAYO, 2001), principia um diálogo com o município estudado. Nesse movimento inicial, tenho identificado a importância desse estudo, tendo em vista que, infelizmente, vivemos um momento histórico conservador de elevação do ódio e de esmagamento das diferenças, claramente observáveis em ações políticas que propagam,

através do discurso, falsas ideias sobre aqueles intitulados como os outros.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo , Inversos, 2016.

CONNEL, Robert W. Política da masculinidade. Educação e Realidade. v. 20, n.2, 1995.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 69ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

LOURO, Guacira L. Gênero sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília (Org). Pesquisa social – teoria, método, criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71 – 100, jul/dez. 1995.